

PÁG 2 GT define escopo para estudo sobre comercialização de gás no Brasil

PÁG 6 Dificuldades no processo de migração para o mercado livre

PÁG 8 Ciocchi, Zucarato e Prais: novas lideranças do ONS

PÁG 9 Curtas: MME e BNDES: assista as lives da Abraceel

Isonomia na conexão

... e muito mais!

PÁG 12 Agenda Semanal



GT define escopo para estudo sobre comercialização de gás no Brasil

Matéria em 1 minuto:

- Berkeley Research Group apresentou as expectativas para o mercado brasileiro e os desafios regulatórios do Novo Mercado do Gás;
- Abraceel contratará de estudo de caso para analisar a comercialização de gás no Brasil;
- Foi apresentada uma atualização dos estados que avançaram em suas regulamentações no setor de gás;
- Fórum do Gás terá atuação estratégica nos estados.



Tempo de leitura:
6 minutos

No dia **29.04**, foi realizada reunião do Grupo Técnico da Abraceel, por videoconferência, que contou com a participação de mais de 70 associados. Na pauta: (i) apresentação da Consultoria Berkeley Research Group (BRG); (ii) definição do escopo do estudo sobre a comercialização de gás no Brasil e (iii) outros assuntos relacionados à abertura do mercado de gás.

BRG

Rodrigo Cunha, Diretor de Energia da BRG, apresentou o cenário atual do mercado de gás, em um contexto mundial frente à covid-19 e à crise do petróleo. Em seguida apresentou as expectativas para o mercado brasileiro e os desafios regulatórios do Novo Mercado do Gás, com foco no modelo de entradas e saídas. Rodrigo se colocou à disposição para realizar a apresentação novamente às empresas interessadas, e para solicitar acesso ao documento apresentado, deixou disponível seu contato: rcunha@thinkbrg.com.

The screenshot shows a video conference interface with a grid of participants and a slide titled "Key Take-aways". The slide contains three main points:

- The two global shocks of 2020 will impact the short-term elements (5 years), without altering long-term trends significantly (20 years).**
- The New Gas Market initiative remains the most promising program to introduce competition on Brazil's gas market to date.**
- Nonetheless, 2019 showed important issues still remain on the table, and new ones, such as challenges to coordinate investments, remain on the horizon.**

The interface also shows a list of participants (68) including Bernardo Siciú, Roberto Ferreira da Cunha, Alexandre Chiofetti, Alexandre Lopes, Breno Vilela, Camila Capobianco Martins, Camila Schoti, Carine Morais, Carlos Gulin, Carlos Jacob, Carlos Shigematsu, Cássio Kessler, Cristiane, and Danyelle Bernica.



Escopo do Estudo

Em seguida, Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, apontou que foi definido no Planejamento Estratégico deste ano a realização de estudo de caso para analisar a comercialização de gás no Brasil, de forma a buscar estruturar os caminhos desde as diferentes origens possíveis até os principais mercados e procurando identificar desafios, barreiras e potencial competitividade.

Previamente à reunião, foi disponibilizada aos associados a minuta do escopo do estudo, que foi acatada com a solicitação de apenas dois itens adicionais, sendo eles:

1. mapeamento do ramo de atividade predominante dos clientes e potencial de demanda nos estados selecionados; e
 2. soluções e “players” capazes de prestar o serviço de supridor de última instância.
- A Abraceel irá solicitar propostas a consultorias para elaboração do estudo.

Atualização da regulamentação nos estados

Após a definição do escopo do estudo, Bernardo Sicsú deu sequência à reunião, atualizando o avanço das regulamentações nos estados nos últimos meses.

Bahia

No dia **16.04**, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba) publicou a Resolução nº 23/20, que regula o mercado livre de gás natural no estado. Os principais pontos da Resolução são:

- consumidor livre: Contratar capacidade mensal mínima de 300 mil m³;
- aviso prévio de 6 meses para migração, após o vencimento do contrato;
- regulamentação da Tarifa Específica (TUSD-E); e
- custo Evitado.

Amazonas

No dia **08.04**, a Assembleia Legislativa do estado (ALEAM) aprovou o PL nº 153/20, que institui o Mercado Livre de Gás no Estado. O Fórum do Gás enviou carta de apoio ao PL, que aguarda sanção do governador. Há notícias, contudo, que o governador pretende vetar o projeto. Os principais pontos do PL são:

- consumidor livre: contratar capacidade mensal mínima de 300 mil m³;
- condomínio de consumidores (comunhão de carga); e
- aviso prévio ao regulador com antecedência mínima de 60 dias.

Sergipe

No dia **15.04**, a Assembleia Legislativa do Sergipe (Alese) aprovou a Proposta de Emenda Constitucional do estado, a PEC nº 02/20, que permite ao estado explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma de lei, encerrando assim o monopólio da distribuidora de gás. A PEC aguarda sanção do governador.



São Paulo

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp) publicou no dia **14.04**, a Agenda Regulatória 2020-2021. A Agenda publicada é similar à proposta na Consulta Pública nº 02/20, a qual prevê concluir a revisão e o aprimoramento das regulações referentes ao Mercado Livre de Gás até o final de 2020.

A expectativa é que a Agência reduza o limite de migração para os consumidores livres, o que é relevante, pois São Paulo é “benchmark” na regulação dos outros estados da federação.

Rio de Janeiro

De forma a relembrar a última deliberação da Agenesra publicada em fevereiro, foram destacados na reunião os principais pontos da nova regulamentação do estado, considerada uma das melhores entre os estados discutidos.

- consumidor Livre: volume mínimo de 10 mil m³/dia;
- regulamenta o consumidor parcialmente livre;
- comercializador: autorizado pela ANP, com sede ou filial no RJ;
- aviso prévio de 12 meses para migração, após o vencimento do contrato;
- encargo de comercialização: redução de 1,9% na margem de distribuição do usuário livre; e
- contratos de compra das concessionárias devem ser realizados por Chamadas Públicas.

Os associados manifestaram preocupação quanto à necessidade de obter autorização para comercialização em vários estados, além da autorização da ANP.

Fórum do Gás

Dando Continuidade à reunião, foi apresentado o Plano de Ação do Fórum do Gás nos estados estratégicos definidos para 2020, sendo eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Santa Catarina. O plano já foi aprovado para execução, e apresenta as principais estratégias a serem realizadas em cada estado, frente aos desafios regulatórios que possuem.

Adicionalmente, o Fórum do Gás está finalizando o documento com as Diretrizes Federais para Aprimoramento da Regulação Estadual. O documento já recebeu contribuição das associações que constituem o Fórum e aguarda adesão de outras instituições para começar a divulgação e o trabalho nos estados.

As demais ações do Fórum compreendem:

- novo modelo e governança do fórum do gás;
- definição da agenda de trabalho 2020;
- reunião com o Ministro de Minas e Energia; e
- reunião com a ANP.



Plano Mansueto

O PLP nº 149/2019, ou Plano Mansueto, complementava o programa Novo Mercado de Gás, ao prever a aprovação de boas práticas regulatórias nos estados e a privatização de empresas de gás como contrapartida ao socorro financeiro da União aos estados. A versão aprovada na Câmara, que agora segue para avaliação pelo Senado, enxugou o texto e retirou as contrapartidas que remetiam ao novo mercado de gás.

O Fórum do Gás atuou junto ao Ministério da Economia e ao relator PLP nº 149/19 para sensibilizá-los sobre a importância de incluir novamente no PLP as diretrizes federais para orientar a regulação estadual do mercado de gás.

Diretoria ANP

Por fim, a Abraceel louvou as indicações da Diretora do Departamento de Gás Natural do MME, Symone Araujo, para uma vaga na Diretoria da ANP, bem como a do contra-almirante, Rodolfo Henrique de Saboia para Diretor-Geral da ANP.

A apresentação realizada pela Abraceel na reunião, bem como o Escopo do Estudo sobre Comercialização, o Plano de Ação do Fórum do Gás nos Estados e a nota técnica disponibilizada pela Abrace sobre os riscos da verticalização do gás em São Paulo, estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.



Dificuldades no processo de migração para o mercado livre

Matéria em 1 minuto:

- Comerc solicitou flexibilização temporária das regras para migração ao ACL;
- Distribuidoras estão com dificuldade de realizar desligamentos programados e importar equipamentos de medição;
- A suspensão e redução dos serviços notariais e de registro nos cartórios também condiciona a migração;
- GT Abraceel realizará call na próxima quarta, às 15h, para discutir o tema e reforçar o pleito junto à Aneel.



Tempo de leitura:
3 minutos

A Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado (SRM) da Aneel emitiu nota técnica negando requerimento interposto pela associada Comerc, que solicitou a flexibilização de requisitos relacionados à migração de consumidores para o ACL enquanto persistir o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19.

A área técnica da Agência recomendou negar o pleito de flexibilização do SMF para permitir a migração de consumidores que já denunciaram o contrato com a distribuidora para o ambiente livre. Pela proposta, essa medida se daria em caráter excepcional, já que algumas distribuidoras estão com dificuldades de realizar os desligamentos programados e importar os equipamentos de medição necessários, em razão da pandemia. A área técnica alega que a adequação ao SMF é condição necessária para a migração, de modo a possibilitar a correta contabilização do consumo horário pela CCEE.

Também foi solicitado que fossem flexibilizadas as obrigações de obtenção de certidões exigidas para adesão à CCEE, assim como o reconhecimento de firma necessário à abertura da conta corrente no Bradesco, devido à suspensão e redução dos serviços notariais e de registro nos cartórios do Brasil. Esse pedido também recebeu orientação de ser negado, pois a SRM/Aneel alega que a não apresentação de certidões expõe o mercado de energia a risco financeiro adicional e que não intervém nas exigências do banco.

A Comerc justifica ainda que consumidores podem sofrer cobranças financeiras por parte da distribuidora, em razão da frustração da migração. De acordo com a REN 376 de 2009, o valor a ser eventualmente pago é calculado se houver diferença positiva entre o PLD e o custo médio de aquisição de energia da distribuidora. Contudo, como há perspectiva de PLD baixo em 2020, a área técnica considera que não haveria tal repercussão. Nessa direção, caso algum consumidor considere que há cobrança indevida, a Aneel analisaria o caso concreto, segundo sugestão da SRM.

Por fim, a Comerc argumenta que consumidores que já firmaram contratos no mercado livre, precisariam custear o take mínimo, mesmo sem poder receber a energia. A SRM/Aneel, por seu turno, entende que os contratos do ambiente livre devem ter seus efeitos tratados entre as partes.



Com a negativa da área técnica da Aneel, o recurso da Comerc deverá ser apreciado pela Diretoria Colegiada da Agência, tendo sido sorteado como relator o Diretor Sandoval Feitosa.

Preocupada com a questão, a Abraceel realizou call com a associada Comerc no dia 28.04 para compartilhamento de informações e, considerando que as dificuldades apontadas podem inviabilizar migrações em andamento e afetar o mercado livre, o Grupo Técnico da Abraceel irá realizar call no dia **06.05**, às 15h, para discutir o tema e reforçar o pedido de flexibilização junto ao regulador.



Ciocchi, Zucarato e Prais: novas lideranças do ONS

Matéria em 1 minuto:

- Luiz Carlos Ciocchi substituirá Barata na direção-geral do ONS;
- Alexandre Zucarato e Marcelo Prais foram eleitos para a diretoria de Planejamento e TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios respectivamente;



Tempo de leitura:
2 minutos

Luiz Carlos Ciocchi será o novo Diretor-Geral do ONS, substituindo Luiz Barata, cujo mandato finaliza em **17.05**. A eleição aconteceu na Assembleia Geral do Operador do dia **28.04**, que também definiu Alexandre Zucarato para a diretoria de Planejamento e Marcelo Prais para a diretoria de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios. Zucarato sucederá Francisco Arteiro e Prais substituirá Álvaro Fleury.



Luiz Carlos Ciocchi: Graduado em Engenharia Eletrônica pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI-SP) e pós-graduado em Administração de Empresas (FGV-SP). Foi presidente da Empresa Metropolitana de Água e Energia (EMAE), vice-presidente da AES Brasil e AES Argentina. Atuou ainda nas empresas Ford e Queiroz Galvão. É especializado em gestão, planejamento estratégico e desenvolvimento organizacional e atual diretor presidente de Furnas. (Fonte: FGV Energia).



Marcelo Prais: Doutor em Ciências de Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com graduação e mestrado em engenharia elétrica pela mesma instituição. Ele atua no ONS desde 2000, quando ingressou como gerente de Planejamento da Operação Energética. De 2006 a 2017, respondeu pela assessoria da diretoria geral. Desde maio de 2018, ocupa a posição de assistente da diretoria de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios. Antes do ONS, Prais trabalhou por 14 anos no grupo Eletrobras. (Fonte: ONS)



Alexandre Zucarato: Doutor em Mercados de Eletricidade, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), formou-se em Engenharia Elétrica e Eletrônica na mesma instituição. Com cerca de 15 anos de experiência no setor elétrico, Zucarato é gerente de Estratégia e Inovação da Engie Brasil, onde atuou por seis anos. Esteve por praticamente quatro anos na Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE), na qual foi gerente de Preços de Energia e, na sequência, de Inteligência de Mercado. (Fonte: ONS)



CURTAS

MME e BNDES: assista as lives da Abraceel

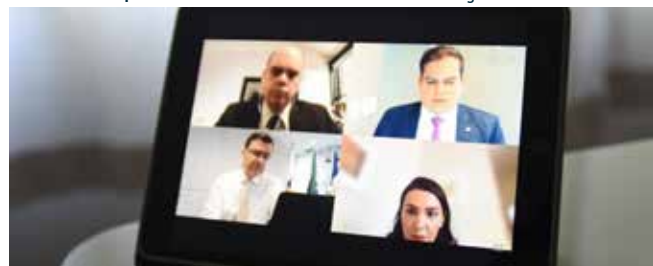
No início da semana, estivemos com Rodrigo Limp, Secretário de Energia Elétrica do MME, para entender os desafios da pasta durante a crise. Na live, Limp trouxe a visão do ministério sobre a MP 950 e frisou a necessidade de correta alocação de custos da Conta-Covid. A íntegra da conversa está no link: <https://bit.ly/2KL-MZb9>, assim como todas as outras lives da Abraceel. Na próxima terça, **05.05**, será a vez de Carla Primavera, Superintendente da área de Energia do BNDES, para discutir as linhas do banco para financiamento da “Conta Covid” aplicadas ao setor energético e os desafios dos projetos de energia renovável para o mercado livre. O encontro será na nossa página do Instagram (@abraceel). Contamos com a sua audiência!



Pedido de faturamento pela demanda medida aguarda decisão

No dia **28.04**, os diretores da Aneel analisaram a solicitação de consumidores para que o faturamento da demanda do Grupo A durante a pandemia seja feita pelo valor medido e não pelo contratado.

O pedido sugere que a diferença poderia ser paga posteriormente e financiada pela Conta-Covid e teve apoio das distribuidoras. Em seu voto, o Diretor Relator Sandoval Feitosa nega o pedido e sugere a manutenção das regras vigentes, justificadamente para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras e evitar aumentos tarifários aos demais consumidores, e em razão de a regulamentação já permitir que os consumidores possam solicitar a redução da demanda contratada, com efeitos em 90 ou 180 dias. Além disso, sugeriu que as distribuidoras podem adotar, voluntariamente, o parcelamento dos débitos dos consumidores e negociar dívidas, nos termos da REN 414/2010. Sandoval apontou ainda que o contrato de demanda remunera o custo fixo pela disponibilidade de potência máxima da rede e que, para os consumidores cativos da alta tensão, apenas 14% da fatura, em média, representam custos de demanda. Na deliberação, foi apontado que não cabe ao regulador definição de política pública, como o eventual uso da Conta-Covid, que ainda carece de definição. Os demais diretores acompanharam o voto do Relator, com exceção do Diretor-Geral, André Pepitone, que pediu vistas ao processo, por entender necessário o aprofundamento da discussão e, segundo sua compreensão, considerar os inúmeros pedidos de flexibilização havidos.





Isonomia na conexão

Devido ao atual período de emergência da saúde pública, o MME comunicou que irá reabrir a Consulta Pública nº 91/20, postergando o prazo de contribuições por mais 90 dias. A CP discute a definição de capacidade remanescente de escoamento estabelecida na Portaria MME nº 444/2016. O período original para envio de contribuição se encerrou no dia **13.04**, quando recebeu 17 contribuições dos agentes, inclusive da Abraceel, as quais já estão disponíveis no site do MME no link: <https://bit.ly/3cWqPyQ>. A postergação da CP aguarda publicação no DOU.

Preço Horário

Para discutir o andamento da implementação do Preço Horário, na próxima segunda, dia **04.05**, às 16h, será realizada reunião do Grupo Técnico da Abraceel com a CCEE, que estará representada pela conselheira Talita Porto e pelo gerente-executivo Rodrigo Sacchi. A reunião acontecerá por videoconferência e as informações para acesso foram enviadas por e-mail ao Grupo Técnico.

Acompanhamento do consumo em função do COVID-19

No dia **24.04**, a CCEE disponibilizou o estudo do acompanhamento do consumo, que mostra queda de 18% no consumo de energia no ACL nas quatro primeiras semanas após a implementação de medidas de combate ao coronavírus, ou seja, no período entre **21.03** e **17.04**. Adicionalmente, o estudo traz uma análise do con-

sumo por ramo de atividade, e apresenta o ranking dos estados em função da redução da demanda. **A íntegra do estudo está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.**



Consultoria Spoudaios

No dia **27.04**, Victor Ribeiro, fundador da Consultoria Spoudaios, apresentou o trabalho da empresa à Abraceel. A Spoudaios possui foco na prestação de serviço na área de inteligência regulatória, ou seja, realiza monitoramento de alterações na legislação e regulamentação, participação em consultas públicas, elaboração de contribuições, sustentação oral e gestão de processos em entes reguladores nos assuntos de desenho de mercado, geração, comercialização, portfólio e risco. Victor Ribeiro possui uma coluna quinzenal no Broadcast do Estadão, na qual aborda aspectos do mercado de energia. **Seu artigo sobre a transição do mercado de energia australiano, que aborda a quebra do monopólio na medição, está disponível na área restrita do associado. Para mais informações sobre a consultoria acesse: www.spoudaios-br.com.**

Energy Law Brasil

Tendo como pano de fundo um cenário especialmente desafiador para o mercado de energia, a Blue Ocean promoverá,

nos dias 04, 05 e 06 de agosto, em São Paulo, a 1ª Edição do Energy Law Brasil - Três Dias de Imersão do Setor Elétrico sobre Tributação, Direito e Contabilidade. O projeto pretende reunir em um único grande encontro diversos fóruns de referência, trazendo a cadeia de GTD, comercializadoras, consumidores, grandes produtores e escritórios para discutir modernização, reformas e política, em um contexto de profundo impacto para o setor. **Confira mais informações e inscreva-se em: <https://conteudo.blueoceanevents.com.br/elb2020-landingpage>**

Fenasucro 2020 - Credenciamento aberto

Com foco exclusivo em bioenergia, a nova edição da Fenasucro & Agrocana oferece soluções e exposição de tecnologias e inovações, conteúdo técnico e networking. O evento está previsto para acontecer nos dias **18 a 21.08** no Centro de Eventos Zanini, em São Paulo. **Para saber mais, acesse o link: <https://bit.ly/2Schr26>**

INFRA Debate com o Deputado Federal Arnaldo Jardim

A Agência Infra realizou live, no dia **30.04**, para falar sobre os impactos da pandemia da Covid-19 em diferentes setores da infraestrutura. Nessa edição, participou o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP), juntamente com o presidente-executivo da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), Venilton Tadini, o editor-chefe da Agência iNFRA, Dimmi Amora, e a editoria do iN-

FRAEnergia, Leila Coimbra. O deputado defendeu a aprovação de um conjunto de medidas no Legislativo para destravar o setor de infraestrutura neste momento de pandemia, entre elas, o PLS 232/2016 (reforma do setor elétrico), lei do gás, saneamento básico, debêntures, entre outros. Sobre a MP 950, estimou que seja votada no Congresso por volta da segunda quinzena de maio. Defendeu também que o GSF (PL 3975/2019) deve ser encarado de forma emergencial pelo Congresso, visto que afeta diretamente a liquidez do setor em um momento de crise.

Canal Energia faz Live com os dirigentes do MME, Aneel, CCEE, ONS e EPE

Nesta quinta-feira, **30.04**, o Canal Energia promoveu uma live com André Pepitone (ANEEL), Luiz Barata (ONS), Rodrigo Limp (MME), Rui Altieri (CCEE) e Thiago Barral (EPE) para entender como a governança do setor está atuando para mitigar os impactos da crise e quais os temas que serão preservados da pauta inicial de 2020. PLD horário, GSF e modernização são tópicos de suma importância para as instituições. De acordo com Rui Altieri, o PLD horário “está consolidado e vai entrar em 2021”. Medidas para aprimorar a segurança de mercado e integração entre os setores de gás e eletricidade também foram citados no webinar, que será disponibilizado na íntegra pelo Canal Energia.



AGENDA SEMANAL

04.05 - segunda-feira: Reginaldo Medeiros participa de conferência online da Thymos Energia para debater o mercado de energia na crise e na retomada, às 15h;

Grupo técnico se reúne com a CCEE para discutir preço horário, às 16h, via plataforma online Zoom.

05.05 - terça-feira: Abraceel realiza live no instagram (@abraceel) com a Superintendente da Área de Energia do BNDES, Carla Primavera, para discutir os desafios do BNDES e as linhas de financiamento durante a pandemia, às 17h.

06.05 - quarta-feira: Alexandre Lopes participa de live da OAB para discutir efeitos da crise no Setor Elétrico: Regulação, Agentes e Mercado, às 09h30;

Grupo Técnico realiza call para discutir dificuldades para migrar consumidores durante a pandemia, às 15h.

07.05 - quinta-feira: Reginaldo Medeiros participa de live do Canal Energia para debater “O impacto do Covid-19 no setor e as sugestões dos agentes para mitigação dos impactos”, às 11h;

Grupo Técnico realiza call com o objetivo de discutir os efeitos da pandemia nos contratos do mercado livre, permitindo o compartilhamento de informações sobre o andamento das tratativas dos associados com suas contrapartes. No início, contaremos com a apresentação “COVID-19: Outlook Regulatório do Setor Elétrico Mundial” da consultoria Essenz Soluções. O call será feito pela plataforma Zoom, às 15h.